

A Vila Olímpica da Maré/RJ e a relação Estado, sociedade civil e políticas públicas¹

Vila Olímpica da Maré and the relationship
between State, civil society and public policies

Marcelo Paula de Melo²

RESUMO

O presente artigo busca debater acerca da natureza de atuação do Estado capitalista em nossos dias. Com isso, pretendemos abordar a relação entre Estado e sociedade civil na implementação de políticas públicas. Para isso, nos valeremos da experiência da Vila Olímpica da Maré/RJ, enquanto uma política pública de esporte da Prefeitura do Rio de Janeiro, implementada pela ONG UEVOM. A partir das contribuições de Antonio Gramsci, situaremos essa nova face de atuação do Estado capitalista como um dos elementos centrais no projeto de sociedade neoliberal de terceira via.

Palavras-chave: Estado; Sociedade Civil; Neoliberalismo; Educação.

ABSTRACT

This paper intends to discuss some changes in the nature of the action of the capitalist State departing from the experience of Vila Olímpica da Maré, RJ as a sports public policy of the Rio de Janeiro City administration and its relation with the NGO União Esportiva Vila Olímpica da Maré. Antonio Gramsci is our principal reference to understand this new aspect of the capitalist State action as one of the central elements in the project of a third-way neoliberal society.

Keywords: State; Civil Society; Neoliberalism; Education.

¹ Este texto é baseado na pesquisa de mestrado intitulada "Vila Olímpica da Maré e as Políticas Públicas de Esporte em Favelas no Rio de Janeiro: novas dinâmicas da relação Estado e sociedade civil em tempos neoliberais", defendida no Programa de Pós-graduação em Educação da UFF/RJ em 2004, com financiamento da CAPES.

² Professor da UNIABEU/ FAETEC (ISE Três Rios). Email: basqueteiromelo@terra.com.br. Coletivo de Estudos de Política Educacional/UFF.

PRIMEIROS PASSOS

A nova face de atuação do Estado capitalista na implementação e gestão de suas políticas sociais como forma de expressão da pedagogia da hegemonia se materializa nas mais diversas áreas. Estratégias educativas de consolidação e afirmação do projeto de sociedade neoliberal de terceira via são manifestados cotidianamente em vários sujeitos políticos coletivos.

Isso pode ser evidenciado na natureza da atuação de diversos organismos na sociedade civil, sobretudo em sua relação com o Estado ou com outros organismos da sociedade civil. Embates entre possíveis projetos antagônicos e formas de organização da vida em sociedade foram substituídos por estratégias de colaboração entre organismos que, em princípio, teriam projetos e interesses inconciliáveis. Pode-se dizer ser esta uma das dimensões centrais do processo de consolidação do atual projeto de sociedade, buscando assim o consenso ativo da população para a perpetuação do atual estado de coisas e a eternização e naturalização das relações sociais capitalistas como únicas formas de organizar a vida em sociedade.

Este trabalho é amplamente fundamentado no referencial teórico marxista, dialogando principalmente com as formulações e método de Antonio Gramsci. Assim, buscou-se compreender tais ações no bojo do amplo processo de luta entre as classes sociais objetivando a conquista da hegemonia. Algumas categorias gramscianas, como sociedade civil, Estado ampliado, Estado educador, hegemonia, grande e pequena política, serão fundamentais à compreensão do que significa/significou a VOM no contexto dessa redefinição das relações entre Estado e sociedade civil no âmbito da política pública de esporte no município do Rio de Janeiro.

As formulações do marxista italiano Antonio Gramsci ajudam-nos a esclarecer a dimensão educativa dessa nova configuração política da sociedade civil. O autor nos chama a atenção para a dimensão educativa do Estado capitalista, lembrando da ampliação do conceito de Estado, sendo este constituído pela sociedade civil e pelo aparelho estatal, ou Estado restrito. Assim, todo Estado procura criar, difundir e manter formas específicas de sociabilidade conforme o projeto societário do bloco no poder, assumindo uma função claramente educativa. Esse projeto educativo tem por objetivo, então, “[...] adequar a ‘civilização’ e a moralidade das mais amplas massas

populares às necessidades do aparelho econômico de produção e, portanto, de elaborar também fisicamente tipos novos de humanidade” (Gramsci, 2001, p. 23).

Esse projeto de conformação das massas ao projeto do bloco no poder é sempre mediado pela unidade dialética entre estrutura e superestrutura, na formação/emergência de um novo bloco histórico. Com isso, “[...] o Estado deve ser concebido como ‘educador’ na medida em que tende precisamente a criar um novo tipo ou nível de civilização” (Gramsci, 2001, p. 28). Por isso, certas práticas políticas são incentivadas, outras coibidas ou então seriamente desqualificadas, promovendo um processo educativo de resistência a umas e aceitação a outras – consolidação do atual projeto histórico –, mediadas pelas resistências advindas de outras classes sociais e suas frações.

Discutir o conceito de sociedade civil em Gramsci demanda considerá-lo um momento do Estado. Ou seja, para o pensador italiano a sociedade civil é parte do Estado ampliado, que é a configuração do Estado nas sociedades capitalistas complexas. Essa ampliação implica a consideração do Estado não apenas como aparelho estatal, mas também constituído pelos aparelhos privados de hegemonia (APH) que se localizam na sociedade civil. Tais APHs respondem/reverberam aos anseios, interesses e concepções de mundo das classes sociais e suas frações, servindo como intelectuais políticos coletivos destas classes na disputa pela hegemonia. Nesse sentido, a sociedade civil torna-se uma arena de disputas ideológicas, palco constante das guerras de posições, metáfora que o marxista italiano usou para determinar as lutas políticas visando à conquista/manutenção da hegemonia.

Faz-se necessário afirmar, sobretudo em tempos de diluição do caráter antagônico dos conflitos de classes no âmbito do capitalismo, que o conceito de sociedade civil de Gramsci em nada se assemelha à vaga noção de terceiro setor. Gramsci de forma alguma concebia a sociedade civil separada das dinâmicas e conflitos da sociedade. O autor dos *Cadernos do Cárcere* aponta ser preciso notar que “na noção geral de Estado entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil (no sentido, seria possível dizer que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção)” (Gramsci, 2001, p. 244). E ainda: “por ‘Estado’, deve-se entender, além do aparelho de governo, também o aparelho ‘privado’ de hegemonia ou sociedade civil” (*Ibidem*, p. 254-255).

Na atual fase do capitalismo, apontada como neoliberalismo de terceira via (Neves, 2005), os teóricos liberais fazem questão de, deliberadamente, confundir sociedade civil com terceiro setor, sendo esta tomada como portadora de uma a-histórica vocação para a “democracia e cidadania”. Diante disso, é importante contrapor tal visão com a noção de sociedade civil como arena de expressão dos conflitos de classes, onde os APHs das classes sociais buscam afirmar sua concepção de mundo e ideologia. Com isso, é possível apontar de que forma a estratégia de conceber a sociedade civil como terceiro setor é parte da luta política da burguesia no atual momento histórico. E assim Gramsci mais uma vez se mostra muito atual.

É nesse bojo que debateremos a implementação do projeto Vila Olímpica da Maré, administrada pela ONG União Esportiva Vila Olímpica da Maré (UEVOM), no âmbito da redefinição das relações entre Estado restrito e sociedade civil na formulação e implementação de políticas públicas em tempos de capitalismo neoliberal. É preciso ressaltar que estamos falando de uma política pública de esporte da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer da cidade do Rio de Janeiro. Através de sua natureza de atuação e da forma de implementação do projeto em questão, pretendemos situá-lo enquanto expressão do novo projeto de sociedade dominante. A partir disso, poderemos discutir como as políticas ou ações sociais de esporte têm papel de destaque nesse processo de conformação ético-política das novas gerações. Abordaremos o período compreendido entre os esforços iniciais de criação, em 1995, seu desenvolvimento nesse período, até a interrupção de seu funcionamento em dezembro de 2003, quando suas atividades ficaram paradas por sete meses, sendo retomadas em julho de 2004.

UM NEOLIBERALISMO DE NOVO TIPO

Frente às drásticas conseqüências do projeto neoliberal clássico, o discurso do bloco no poder se altera. Tecendo críticas ao que chamam neoliberalismo, bem como ao modelo keynesiano, sem sair do paradigma da economia de mercado e nem das outras características do projeto, começam a propor ações de combate à pobreza e desigualdade, a repensar alguns pontos do projeto, principalmente objetivando diminuir as “tensões sociais”. Isso pode ser expresso seja em documentos de organismos internacionais (Garrison, 2000) seja nas considerações de alguns teóricos pretensamente críticos ao neoliberalismo, mas que atuam como reformadores deste projeto.

Dando organicidade à reflexão do projeto político neoliberal, Antony Giddens cunha a expressão “terceira via” como materialidade da nova fase do projeto de sociabilidade dominante. Esse projeto busca ir além do neoliberalismo clássico, bem como do Estado de Bem-Estar. Considerando que o fim da União Soviética significaria a morte das possibilidades de se viver numa sociedade socialista, Giddens propõe uma espécie de humanização do capitalismo, este implementado nem pela direita nem pela esquerda – uma vez que, para o pensador inglês, tais conceitos ganhariam novas dimensões –, mas sim pelo chamado “Centro radical”. O Estado capitalista passa a ter nova função: nem o Estado amplo, nem mínimo, mas sim um Estado eficaz, com capacidade gerencial. Não por acaso, são propostas diversas reformas nos aparelhos estatais no sentido de torná-los “Estados Gerenciais” (Giddens e Pierson, 2000).

Giddens ganha um grande destaque com a vitória de Tony Blair na Inglaterra, sendo considerado um dos principais ideólogos do Partido Trabalhista Inglês. Sua atividade teórica está diretamente relacionada à implementação deste novo projeto de sociabilidade. Não por acaso é professor e foi por tempos também reitor da *London School of Economics*, um dos principais centros de difusão das concepções neoliberais.

O novo papel do Estado pensado pelo ideólogo da terceira via pode ser definido como:

Prover meios para a representação dos diversos interesses. Oferecer um fórum para a conciliação das reivindicações concorrentes desses interesses. Criar e proteger uma esfera pública aberta, em que o debate irrestrito sobre questões políticas possa ser desenvolvido. Prover uma diversidade de bens públicos, entre os quais formas de seguridade coletiva e bem-estar social. Regular mercados no interesse público e fomentar a competição de mercado onde há ameaça de monopólio. Fomentar a paz social mediante o controle dos meios de violência e mediante a provisão de policiamento. Promover o desenvolvimento ativo do capital humano através de seu papel essencial no sistema de educação. Sustentar um sistema jurídico eficaz. Ter um papel diretamente econômico, como um empregador por excelência, na intervenção macro e microeconômica, além da provisão de infraestrutura. De maneira mais controversa, ter um propósito civilizatório – o governo reflete normas e valores amplamente sustentados, mas pode também ajudar a moldá-los no sistema educacional e em outros setores. Fomentar alianças regionais e transnacionais e buscar a realização de metas globais (*apud* Sales de Melo, 2003, p. 108).

A terceira via apresenta uma concepção de Estado diverso do Estado mínimo neoliberal clássico. Por outro lado, essa concepção busca enfrentar a dura proposta anterior com uma linguagem mais palatável, reconhecendo a economia de mercado como inevitável e desejável. Assim, caberia ao Estado garantir a coesão social a partir de espaços de consertação social ou mecanismos de conciliação de classe.

No contexto de sociedades capitalistas complexas e no bojo do que chamam de morte do sonho socialista, há uma mudança de paradigma na atuação dos organismos na sociedade civil. Como está explícito num documento do Banco Mundial, deve-se passar do “confronto à colaboração” (Garrison, 2000). Assim, são sistematizadas novas modalidades de relação Estado e sociedade civil, onde os diversos organismos passam a atuar como “parceiros” dos diversos governos na execução das ações. Sistematiza-se a noção do chamado “terceiro setor”.

No Brasil isso se expressa fortemente a partir da eleição de Fernando Henrique Cardoso. Não por acaso são recorrentes na literatura análises de que o projeto neoliberal implementado aqui incorpora muito mais elementos das teses da terceira via do que neoliberalismo clássico. Ainda que se tenham feito presentes mecanismos de privatização de empresas públicas, ajuste fiscal “duradouro”, Reforma do Estado com vistas a minimizar a atuação direta do Estado na execução de suas políticas públicas (Brasil, 1999), preceitos caros ao projeto de sociedade neoliberal, sua especificidade que lhe garante mais aproximação com as teses da terceira via está nos mecanismos de consenso utilizados, sobretudo na relação com os diversos organismos na sociedade civil.

RELAÇÃO ESTADO E SOCIEDADE CIVIL EM TEMPOS NEOLIBERAIS

A dimensão da educação política da população se mostra como uma das características do projeto de sociedade neoliberal de novo tipo. As mudanças na natureza do papel político dos diversos organismos tradicionais na sociedade civil, como partidos, sindicatos, escola, universidades, associações de moradores, entidades científicas, entre outros, e a criação e/ou surgimento de novos organismos se manifestam como a expressão cotidiana da afirmação da nova hegemonia do bloco no poder. A participação na sociedade civil é repolitizada, sendo substituída por um associativismo prestador de serviços sociais, em lugar do associativismo reivindicativo de

direitos sociais de outros tempos (Neves, 2005). Numa busca de dirimir possíveis antagonismos e, principalmente, de abstrair debates acerca das classes em luta, temos uma nova concepção de participação social na sociedade civil.

A implementação de políticas públicas por organismos na sociedade civil se configura como parte do novo projeto de sociedade que ganhou força no Brasil a partir dos anos 1990, em consonância com o projeto de sociedade neoliberal. No bojo da redefinição da relação entre Estado e sociedade civil, tal modelo de participação na gestão pública é amplamente incentivado. Logo no início do mandato de Fernando Henrique Cardoso, foi criado o Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), com o objetivo de promover uma ampla reforma da aparelhagem estatal quanto à sua estrutura e funcionamento, e cujo titular era Luiz Carlos Bresser Pereira.

Há um crescente chamamento à participação de organismos na sociedade civil por parte de governantes e setores da mídia. Difundi-se a expressão “terceiro setor” para expressar tais organismos, que seriam voltados para um abstrato “interesse público”. Também se fala em organismos privados, porém públicos, ou públicos não estatais. Esses organismos supostamente seriam mais eficazes, inovadores, econômicos e capazes de agir em áreas que o Estado teria se mostrado incapaz, sendo este processo abordado sempre de forma naturalizada, como uma característica intrínseca à atuação do mesmo (Brasil, 1999 e 1995; Garrison, 2000).

Ao chamado “terceiro setor” caberia a execução de políticas públicas, já que tanto a aparelhagem estatal quanto o mercado “fracassaram”, ao passo que a sociedade civil poderia ser mais eficaz que estes dois outros setores, por não estar presa ao autoritarismo, como o Estado, e não por buscar o lucro, como o mercado (Brasil, 1999; Garrison, 2000).

Essa visão, em que Estado e sociedade civil tornam-se entes com vida própria, abstraída das relações sociais travadas entre as classes e suas frações, legitima a aproximação e a criação de organismos na sociedade civil para tornarem-se implementadores de políticas públicas. Não se trata de retirada do Estado, mas sim de um processo de delegação da execução.

Assim, sob esse eufemismo abre-se mais uma brecha para a privatização das políticas públicas, seja pela mercantilização de direitos, agora travestidos como serviços, ou pelo processo de filantropização. Essa ampliação do privado na execução de políticas públicas acompanha também os processos

de precarização e focalização, indicando tanto a perda de qualidade dos programas pelo contingenciamento e pela lógica de mercado no processo, como também a destituição do caráter universal das políticas públicas em nome de atendimento seletivo aos comprovadamente pobres (Durighetto, 2003).

Isso pode ser evidenciado a partir da atual natureza de atuação das chamadas organizações não-governamentais (ONGs). Considerando sua trajetória histórica nas últimas décadas do século XX e nesse início de século XXI, podemos situá-las no bojo da redefinição do papel do Estado e dos organismos na sociedade civil no atual projeto de sociedade, ainda que considerando exceções pontuais.

Com a significativa profusão de organismos sem fins lucrativos na sociedade civil, nos anos 1990, dentre os quais as ONGs, o perfil de muitos organismos tradicionais se alterou. Mesmo aqueles que outrora apresentavam inegáveis vínculos com movimentos sociais e organizações populares acabam se conformando dentro do atual paradigma. Além disso, a dimensão de atuação como um complemento da ação do Estado, sem problematizar a própria atuação do mesmo, também se faz presente.

Notamos essa mesma posição nas palavras de Sérgio Haddad, quando afirma que os termos “sociedade civil organizada” e “organizações da sociedade civil” indicam um grande universo de organizações constituídas “[...] livremente por cidadãos que atuam diante da carência de produtos e serviços que o Estado não atende de modo satisfatório e o mercado não tem interesse em atender” (Haddad e Oliveira, 2001, p. 62). O referido autor nos oferece, em diversos momentos, um relato que o aproxima fortemente das teses da terceira via.³

É comum no Brasil a utilização do termo “sociedade civil organizada”, como forma de indicar a participação de diversos organismos na sociedade civil na luta por se fazerem presentes, defendendo seus interesses. Chamamos a atenção para as ciladas que este termo pode trazer. Se pensarmos que a sociedade civil é um espaço de disputa/difusão de concepções de mundo pelos diversos aparelhos privados de hegemonia, tanto do trabalho quanto

³ Não por acaso, temos que a atuação dos organismos, “[...] complementando a ação do Estado na esfera pública, [...] mereceria incentivos fiscais especiais e recursos públicos que financiassem seus programas de cooperação com o governo” (Haddad e Oliveira, 2001, p. 66).

do capital, este termo esconde mais do que esclarece. Podemos perguntar: para qual projeto a sociedade civil está organizada? Melhor ainda seria perguntar quais atores estão envolvidos nessa organização. Falar abstratamente da participação da sociedade civil é pouco esclarecedor.

Esse fenômeno não ficou restrito ao Brasil. James Petras (1999), estudando a ação das ONGs na Bolívia, observou diversos fenômenos parecidos com nossa realidade: o aumento significativo do número de organizações, as mudanças no paradigma de financiamento, a origem dessas organizações, bem como sua atuação como executoras das políticas governamentais. Petras também aponta a transfiguração institucional e política nas ONGs bolivianas mais antigas. Qualquer semelhança não é mera coincidência. Para o autor, essas organizações

viram-se forçadas a entrar na disputa por fundos e a apresentar-se como agências de desenvolvimento, quando perceberam o risco de se afogar em um mar de siglas. Grande parte da diversidade dos pontos de vista representada por essas instituições perdeu-se nessa múltipla concorrência entre as ONGs, que se converteram em clientes especiais dos doadores internacionais (p. 88).

Como lembra Paulo Arantes (2000, p. 3), tudo vira luta por cidadania, incorporação de direitos, fortalecimento da sociedade civil, espaço de interação, compromisso e participação cidadã. Pautados em termos que remetem a sentidos vagos e imprecisos que podem servir aos mais diversos projetos de sociedade, temos que:

É um tal de abrir e construir “espaço”, nos quais “interagem” “atores” que trocam juras de “compromisso” e “envolvimento” mútuos, tudo num registro altamente “pró-ativo”. Em contrapartida, será taxada de “reativa” qualquer iniciativa que cheira a ressentimento de perdedor. Espaços obviamente de “participação” [...] irrigados por “canais de interlocução”, através dos quais governo e sociedade civil “aprendem a pensar e agir juntos”, constroem plataformas para futuras “parcerias” e novas “interações”, conferem “visibilidade” a iniciativas “emergentes” e promovem a cidadania ativa.

Ainda com este autor, é preciso atentar para um “mimetismo terminológico” que confunde e educa para um perigoso consenso incapaz de compreender os diferentes projetos de sociedade, expressos sob uma aparente homogeneidade terminológica. Nessa linha, ele nos mostra como este mimetismo tem sido essencial para a afirmação do projeto de sociedade neoliberal. Com isso,

vive-se o grande desconcerto de verificar, a cada rodada, que tamanha demolição é conduzida nos termos mesmos em que a fórmula de resistência dos perdedores [...]. Portanto “sociedade civil” desmantelada em seu próprio nome, destituição de direitos em nome de direitos de última geração [...]. Não é para menos: de uma hora para outra “direito” tornou-se privilégio, além do mais em detrimento dos “excluídos”; sujeitos de direitos, usuário de serviços; “cidadania” mera participação numa comunidade qualquer [...] (2000, p. 16).

Apontar o caráter fragmentário das ações propostas pelas ONGs, que atuam focando uma questão ou público-alvo em geral, é cair no lugar-comum: atuam com jovens, crianças, educação infantil, pessoas com necessidades especiais, pela defesa de minorias étnicas, pela liberdade de orientação sexual e contra o preconceito, na luta pelo acesso a justiça, enfim, por diversas lutas na sociedade que podem, de certa forma, deixar claro o caráter desigual do mundo capitalista. Em si, essa fragmentação não é problemática, desde que haja um elemento de síntese com o qual essas lutas se encontrem numa busca por promover um outro projeto de sociedade em que tais questões sejam consideradas tão importantes quanto as mais tradicionais no campo da esquerda.

Contudo, o que temos é uma atuação de grande parte desses organismos no campo do que Gramsci (2001) chama de interesse econômico-corporativo ou egoístico-passional. Com isso, a dimensão universal da luta das ONGs é perdida em nome do “foco único” na bandeira apresentada. Mesmo a efetivação/conquista da reivindicação concorre com outros postulantes de bandeiras tão legítimas quanto a que foi exposta. Uma espécie de competição dos necessitados, em que ninguém quer segurar a “lanterna dos afogados”. Assim, perde-se de vista o elemento que une tais bandeiras, que é a luta contra o projeto de sociedade capitalista, em si gerador de desigualdades que se somam e multiplicam em diversos grupos sociais. Não acontece o que Gramsci chama de catarse, ou seja, a passagem do nível econômico-corporativo para ético-político na luta⁴. De modo algum se propõe a desconsideração das dimensões particulares das lutas representadas nas

⁴ Para Gramsci, o momento ético-político “[...] é aquele em se adquire a consciência de que os próprios interesses corporativos, em seu desenvolvimento atual e futuro, superam o círculo corporativo, de grupo meramente econômico, e podem e devem tornar-se os interesses de outros grupos subordinados. Esta é a fase mais estritamente política, que assinala a passagem nítida da estrutura para a esfera das superestruturas complexas; é a fase em que as ideologias

bandeiras das ONGs, movimentos sociais e de sindicatos, mas se vislumbra o momento quando tais dimensões se tocam.

Francisco de Oliveira (2002) alerta para o fato de que a capacidade de inovação política demonstrada nos anos 1980 pelas ONGs – ação visando a trazer para agenda pública temas com pouca visibilidade, articulando redes de movimentos sociais na luta por direitos, fiscalizando/ denunciando a ação do bloco no poder – foi absorvida de maneira tão intensa a ponto de, em nome desta capacidade inovadora, desqualificarem-se as ações radicais, de críticas e de denúncia. Segundo Oliveira, a referida metamorfose implicou que mesmo as antigas ONGs aceitaram

o papel de administrar o possível, para minorar a pobreza, pressionados por todos os lados, desde a vitória semântica da direita até as promessas do Banco Mundial e os fundos internacionais [...] e inúmeras outras instituições que ajudaram no passado e hoje cobram realismo e visibilidade [...]. As ONGs da democratização foram engolfadas pela onda reducionista, mas sofrem de uma incômoda consciência de capitulação. Por trás do “realismo” insinua-se um movimento intenso de privatização da vida, das instituições e das políticas [...]. O Estado não precisa ser desmontado institucionalmente, mas sim politicamente (2002, p. 57).

Oliveira (2002, p. 61) também nos fornece pistas para pensarmos como essas ONGs têm atuado no sentido de construção de consensos em torno do atual projeto de sociedade, implicando aceitação da atual lógica. Com isso, a mudança pragmática da política para calculabilidade da viabilidade objetiva transformar essas organizações em

ventríloquos da escassez, que se imporá necessariamente numa economia capitalista [...]. O minimalismo da viabilidade pode estar-se transformando numa perigosa administração da pobreza [...]. Será trágico e não apenas irônico que a administração da pobreza transforme as ONGs da democratização em Ersatz de empresas não lucrativas que administram recursos para a reprodução de sua lógica, cuja lógica (*sic*) é do lucro.

geradas anteriormente se transformam em ‘partido’, entram em confrontação e lutam até que uma delas, ou pelo menos, uma única combinação delas, tenda a prevalecer, a se impor, a se irradiar por toda a área social, determinando, além da unicidade dos fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral, pondo todas as questões das quais ferve a luta não no plano corporativo, mas num plano ‘universal’” (p. 41).

Nesse sentido, é significativo que a situação da atuação das ONGs não se altere no Governo Lula da Silva, seja com o avanço no número de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público qualificadas no ano de 2003, representando 40% do total desta aprovação da lei desde 1999, seja com a continuidade de tal mecanismo nos programas de Alfabetização do Ministério da Educação, e ainda na “menina dos olhos” do governo, o programa FOME ZERO (Martins, 2004). Tanto é que os repasses do governo para as ONGs, no ano 2003, foram da ordem de 1,4 bilhão de reais, e para 2004 foram previstos repasses de mais de 2 bilhões (Mendes, 2004, p. a4).

VILA OLÍMPICA DA MARÉ: RELAÇÃO ESTADO E SOCIEDADE CIVIL NUMA POLÍTICA PÚBLICA DE ESPORTE

A partir do quadro delineado anteriormente, apresentaremos como a Vila Olímpica da Maré (VOM) se insere no contexto de redefinição da relação entre Estado e sociedade civil em nosso tempo. A mesma é uma política pública da Prefeitura do Rio de Janeiro executada por uma ONG, União Esportiva Vila Olímpica da Maré – UEVOM, que também recebe recursos da Petrobras. Situa-se na conhecida favela carioca de mesmo nome.

Pode-se dividir a trajetória da VOM em dois períodos. O primeiro iniciou-se com os debates no âmbito da União das Associações de Moradores da Maré – UNIMAR – visando à criação de um centro esportivo na Favela da Maré. Esse período inclui o processo de aproximação inicial da UNIMAR com o Viva Rio, a Prefeitura do Rio de Janeiro (PMRJ) – através de sua Secretaria de Habitação – e com o Centro de Redes de Excelência (CENTEX) – órgão do Instituto de Pesquisa e Pós-Graduação em Engenharia da UFRJ – que viabilizou o contato posterior com a Petrobras, que a financiaria. Este “período” vai até o fim da gestão de Luiz Paulo Conde na PMRJ no ano 2000. O segundo “período” se inicia com a reaproximação da Prefeitura, via Secretaria de Esportes e Lazer (SMEL), no início do ano de 2001, quando César Maia é eleito. Para efeito deste trabalho, consideramos que essa fase termina com o fechamento da VOM em dezembro de 2003, após a renúncia do Presidente da ONG UEVOM⁵. Tal divisão nos permitirá compreender as mudanças qualitativas que foram ocorrendo em todo o processo.

⁵ A VOM retomou suas atividades em julho de 2004.

A idéia de um centro esportivo na Favela da Maré se deu a partir da criação de uma Associação, no início de 1995, que congregou as Associações de Moradores de todas as “comunidades” que formam o chamado Complexo da Maré. Assim, a criação do referido centro esportivo tornou-se uma de suas bandeiras de luta e reivindicação. A mobilização ganhou força quando a cidade do Rio de Janeiro se preparou para pleitear ser sede dos Jogos Olímpicos de 2004, o que ocorreria na Ilha do Fundão/Cidade Universitária, vizinha à Maré. A construção do centro esportivo nesse local, marcada pelas notícias referentes ao tráfico de drogas e violência, representaria uma importante possibilidade de modificar a imagem da favela e do Rio de Janeiro.

Naquele momento surgiram propostas de construção de um muro que encobrisse a Maré das vistas do público durante os Jogos, mas principalmente durante a visita dos representantes do Comitê Olímpico Internacional (COI). Tendo como pano de fundo “responder” aos defensores da proposta do muro, o Viva Rio, em articulação com a PMRJ, propôs aos líderes comunitários a realização de um evento esportivo durante a visita da delegação do COI, desfazendo a imagem da Maré apenas como lócus da violência, para ajudar também na divulgação da idéia da criação de uma Vila Olímpica no local. Assim, tivemos a realização de uma “Pré-Olimpíada” na Maré, ocorrida em novembro de 1996.

Na ocasião, o Prefeito César Maia assinou uma carta de intenção de construção da Vila Olímpica. Neste convênio, segundo noticiado, estava prevista “a criação de uma ONG que cuidará da gestão da Vila Olímpica da Maré” (PRÉ-OLIMPIÁDA..., 1996, p. 13). Assim, o modelo de delegação da implementação de políticas públicas a organismos na sociedade civil começa a ser pensado na VOM.

Com a eleição de Luiz Paulo Conde (PFL, vice de César Maia) no pleito de 1996, começam as discussões tripartites envolvendo o Viva Rio, a PMRJ e a UNIMAR para a implementação propriamente dita da VOM. É relevante apontar a aproximação que ocorre entre a VOM e o CENTEX/COPPE/UFRJ, responsável pela implementação da chamada metodologia de Centros de Excelência.

O local onde seria a VOM foi alterado para o terreno do antigo Parque Burle Marx, às margens da Linha Vermelha e próximo a duas grandes “Comunidades”, Baixa do Sapateiro e Nova Holanda. Assim, a VOM localiza-se numa espécie de fronteira imaginária delimitada por facções rivais do

tráfico de drogas que controlam a venda na Maré. Falamos da divisão simbólica entre as “comunidades” da Baixa do Sapateiro e da Nova Holanda, feita por um “valão” e por uma rua que as corta. Por isso, a constituição da VOM passou a representar um espaço “neutro” nos conflitos entre as facções, e onde haveria possibilidade de convívio entre pessoas de todos os lados, situação muito dificultada pelos conflitos existentes entre as facções.

Apesar de todo esse movimento, apenas em 1999 surge efetivamente a União Esportiva Vila Olímpica da Maré (UEVOM)⁶, ONG responsável por gerir os recursos recebidos da PMRJ e também por procurar outras formas de financiamento para a VOM. A criação da UEVOM permitiria a ampliação das fontes de financiamento, já que a participação financeira da PMRJ deveria ser temporária, até a VOM ser sustentável com a receita advinda das “parcerias”, tal como estava explicitado no plano de trabalho apresentado à PMRJ em março de 2000. Como defendeu um de seus membros:

Porque a UEVOM como ONG pode buscar recursos em empresas estatais, privadas e assim sucessivamente. A PMRJ não tem como buscar esses recursos em empresas. Então UEVOM é que fazia esse intercâmbio. UEVOM é que ia buscar recursos internacionais, nacionais, nas empresas privadas. Aqueles patrocínios que tinham por ali. A UEVOM e não a PMRJ. Porque a PMRJ não podia fazer isso. Então a UEVOM fazia esse meio de campo (Entrevistado A).

Como forma de atender ao modelo proposto pelo CENTEX, o chamado Conselho Gestor da ONG é formado por membros da Diretoria e por representantes dos diversos “parceiros”.⁷ A fala do representante do Viva Rio na referida reunião, como podemos observar na ata da mesma, é emblemática nesse sentido. Assim, a “... VOM é uma obra da PMRJ, que considerou necessária a constituição de uma ONG para gestão do complexo esportivo” (UEVOM, 1999a, p. 1, grifo meu).

Isso pode ser notado no Projeto de Lei (PL) n.º. 1040/99, que tramitou na Câmara Municipal do Rio de Janeiro durante o ano de 1999. Tendo como objetivo autorizar o “Poder Executivo Municipal a associar o Município em

⁶ “Associação Civil sem fins lucrativos, filantrópica e de caráter assistencial, social e cultural...” para administrar a Vila Olímpica, que começava a ter sua estrutura física construída pela PMRJ/SMH (UEVOM, 1999c, p. 1).

⁷ É relevante atentarmos para o fato de que já havia participação de representantes da SMH/PMRJ antes da aprovação pela Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro em outubro de 1999.

Associação Civil a ser instituída com o objetivo precípua de administrar o Parque Olímpico da Maré...” (PMRJ/CÂMARA..., 1999, grifo meu), o projeto foi votado em 03-03-1999. É emblemática a defesa feita pelo então Prefeito Luiz Paulo Conde acerca da necessidade da aprovação do PL. Conde apontava que sua gestão

tem procurado estimular ainda, na forma de lei, a participação das Associações de Moradores na gestão dos espaços destinados ao esporte e ao lazer, assim como há (*sic*) buscado executar as ações governamentais de forma descentralizada, ou desconcentrada, com entidades criadas mediante autorização legislativa e vinculadas à Administração Municipal (PMRJ/ GABINETE..., 1999).

Nestas palavras fica notório o caráter de aproximação com as associações de moradores, para que se tornem implementadores das políticas municipais, prevendo, inclusive, a criação de organismos especificamente para esse fim. Assim, num contexto de desemprego em massa, agudizado em bairros populares/favelas, esse mecanismo vem reforçar as bases de cooptação, não devendo ser desprezado no processo.

No caso específico da VOM, o referido PL gerou a Lei n.º 2878/99, aprovada em quatro de outubro de mil novecentos e noventa e nove (04-10-1999). A lei, em seu artigo 2º, prevê que a “Associação civil” criada deverá contemplar em seu estatuto a criação de Conselho de Administração, “[...] de cuja composição, o Município participe, obrigatoriamente, de forma plural, e no qual se façam presentes entidades da sociedade civil e da iniciativa privada”,⁸ com poder de veto em questões estatutárias. Mais ainda, a participação de empresas no Conselho de Administração deveria ser proporcional ao aporte financeiro das mesmas à Associação Civil (PMRJ/CÂMARA..., 1999).

Assina-se, em 15 de dezembro de 1999, o convênio entre a PMRJ e a UEVOM para administração da VOM por um ano e a conseqüente liberação da primeira parcela trimestral de recursos. Nesse convênio é definida a

⁸ É relevante como o artigo 19º do Estatuto da UEVOM como está descrito absolutamente da mesma forma que o projeto de lei, ou seja, que deverá haver um “Conselho de Administração [...] composto por representantes do Município do Rio de Janeiro-RJ de forma plural, de entidades da sociedade civil e da iniciativa privada, e, de pessoas físicas de notória importância” (UEVOM, 1999b, p. 4). Além disso, assim como na Lei n.º 2878/99, no Estatuto está resguardado ao Município o direito de veto em questões de alteração estatutária. Fica claro como os atores envolvidos na elaboração do Estatuto atuaram diretamente no processo de elaboração do texto da lei, já que há uma grande confluência.

participação da PMRJ no Conselho de Gestão da ONG, como determinou a Lei nº. 2878/99. Temos então nesse Conselho cinco (5) representantes da PMRJ, através de diversas Secretarias, e os cinco (5) diretores da ONG UEVOM.

Valendo-se da noção da chamada Responsabilidade Social de empresas, a direção da UEVOM, a partir das diretrizes delineadas pelo CENTEX, envia a proposta de parceria a grandes empresas, objetivando a realização do que chamam de parceria estratégica, que aportaria recursos na VOM, podendo com isso dispor do potencial de marketing, além de poder atuar no Conselho de Gestão (UEVOM, 2000c).

Com isso, há uma aproximação com a Petrobras para que esta cumpra a função de outra “parceira estratégica” ao lado da PMRJ, que junto com o CENTEX/COPPE fizeram a ligação com a UEVOM. Em junho de 2000 é assinado o contrato anual entre a UEVOM e a Petrobras, para que esta pudesse integrar o projeto. Assim, começa a ganhar força a face “social” das empresas, neste caso a Petrobras, financiando programas sociais.

Isso implicou também a difusão positiva da imagem da empresa brasileira. Assim, pretendia garantir que haveria um “[...] alinhamento do conceito de ‘desenvolvimento com cidadania’ no âmbito de toda a sua atuação empresarial, potencializando seu papel de protagonista no mundo dos negócios, para a consolidação de uma política de responsabilidade social corporativa” (Petrobras, 2004). Sua aproximação como promotor de ações sociais estava imbuída também de uma nova dimensão educativa da empresa na sociedade, sendo a VOM uma grande oportunidade. Então, a Petrobras passa a fazer parte do projeto.

Nas eleições municipais, em 2000, o então Prefeito Luiz Paulo Conde é derrotado no pleito municipal por seu ex-aliado e padrinho político, o ex-prefeito César Maia. Ambos, durante a campanha, reivindicaram a “paternidade” da VOM. É muito significativo o fato de dez (10) dias após o resultado do pleito a Presidência da UEVOM enviar uma carta felicitando o vencedor, apresentando-se como um possível parceiro no futuro mandato. Buscando apresentar a VOM e também o interesse na manutenção do convênio com a Prefeitura, na UEVOM encontramos as seguintes palavras acerca da natureza do trabalho desenvolvido e sua importância:

[...] trata-se do maior projeto de termos de atendimentos a comunidades carentes (*sic*) e do único modelo com integração da questão esporte, cultura, educação, saúde, nutrição e empreendedorismo no país,

operando segundo os moldes de Qualidade Total e da plena integração com Universidades e Parceiros para conquistas de recursos e ampliação do campo de abrangência da Vila (2000d, p. 2).

Assim, é preparado o terreno para que a VOM assuma a partir de 2001 uma nova função política, sendo definitivamente assumida como uma política pública da PMRJ, através de uma relação orgânica com a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (SMEL).

VILA OLÍMPICA DA MARÉ NO SÉCULO XXI: GOVERNO CÉSAR MAIA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE EM FAVELAS

No primeiro dia útil do mandato, em dois de janeiro de 2001 (02-01-01), a UEVOM envia uma carta ao novo prefeito reiterando os termos da carta anterior, ressaltando que o convênio de administração da VOM pela UEVOM havia expirado no mês anterior. Nesse sentido, defendendo a relevância da VOM, afirma ao Prefeito que esta desempenha “[...] um papel da mais alta importância social a um baixíssimo custo para a Prefeitura” (UEVOM, 2001a, p. 1).

Assim, na primeira semana de 2001 a VOM recebe a visita de técnicos da SMEL, conforme relata o Informativo da UEVOM de janeiro de 2001. Estas foram apenas as primeiras de uma série de visitas oficiais, que culminaram com a visita do Secretário de Esportes no fim do mesmo mês. Mais do que afirmar que tais visitas teriam sido decorrentes da capacidade de pressão da VOM, há uma grande confluência de interesses e concepções de mundo entre o Projeto em questão e os princípios políticos que nortearam as ações do grupo à frente da SMEL. Não por acaso, a VOM, então o único Centro Esportivo da Prefeitura em Favela, passou a representar uma espécie de modelo das outras Vilas Olímpicas/Centros Esportivos, que posteriormente foram abertas na gestão César Maia. A VOM passa por significativas mudanças, deixando de ter a PMRJ apenas como um “parceiro estratégico” para tornar-se uma política pública do município, fazendo parte dos projetos Centros Esportivos de Ações Socioeducacionais (CEASE) da SMEL.

Embora não assumam verbalmente o discurso do chamado “terceiro setor”, apresentam argumentos semelhantes, colocando-se, de certa forma, no mesmo campo. Enquanto o documento do projeto CEASE aborda a importância do estabelecimento de parcerias com empresas, ONGs, universidades, federações esportivas, o projeto da UEVOM afirma que

a sociedade acordou para a extrema conveniência de reunir seus próprios recursos aos do poder público, no interesse da solução de seus problemas crônicos ou da satisfação de suas necessidades mais importantes. Decorrem então projetos de parcerias [...] estruturados para buscar recursos na iniciativa privada e unir projetos do poder público, com isso minimizando os gastos governamentais (UEVOM, 2000c, p. 4)⁹.

Isso é evidenciado na natureza da atuação da Petrobras no âmbito do projeto. Trata-se não apenas de um patrocinador, mas de um parceiro, que comungaria dos mesmos preceitos. A VOM passa a ocupar um papel de destaque no interior das iniciativas de responsabilidade social da empresa. Quando a Petrobras decide sistematizar seus mecanismos de financiamento para os diversos projetos sociais no país a partir de 2001, lançando o programa "Petrobras Social" com novas diretrizes, a VOM é convidada e representada na figura de seu presidente numa cerimônia nacional em sua sede no Rio de Janeiro. Como está apontado no Informativo da VOM, esse processo "[...] marca a evolução da Petrobras, de patrocinadora financeira de projetos para agente do Desenvolvimento Sustentável, de coadjuvante para co-protagonista das ações" (2001f, p. 4).

A importância do projeto para Petrobras pode ser evidenciada nas diversas campanhas publicitárias da empresa onde a VOM figura como um exemplo de sua responsabilidade social, inclusive sendo citada pela Revista Exame em novembro de 2001, no seu "Guia de Boa Cidadania Corporativa", como um dos vinte projetos sociais de destaque no Brasil. Além disso, o projeto da VOM também rendeu à empresa o prêmio Top Social em 2001, concedido pela Associação de Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil (ADVB) (Petrobras, 2004). Também foi comum a apresentação de alguns projetos da VOM, como coral, balé, dança de rua, entre outros, em eventos realizados pela Petrobras no Rio de Janeiro. Assim, conforma-se a VOM enquanto expressão concreta da concepção de responsabilidade social empresarial, sendo uma espécie de modelo para as ações da PMRJ/SMEL.

Outra característica que marcou as ações foi o papel desempenhado pelas lideranças comunitárias, que passaram a ter cargos na direção dos Centros Esportivos/Vilas Olímpicas em geral, e na VOM em particular. Seja

⁹ Não por acaso, a VOM apresenta como um de seus objetivos "incentivar a participação de empresas no esforço de promoção do bem-estar social" (UEVOM, 2001b, p. 18).

como forma de garantir legitimidade interna aos projetos, contando com a popularidade dessas pessoas, ou como forma de garantir a viabilidade da implementação dos projetos, este mecanismo foi recorrente nos diversos projetos, considerados “dinamizadores Comunitários” por possibilitarem a aproximação dos “anseios” da população com o grupo que iria implementar os projetos de esportes. Isso é explicitado por um técnico da SMEL quando afirma que “em hipótese alguma, um projeto de cunho social, dentro de uma área de risco social, tem chance de dar certo se não estivermos com essa pessoa, que precisa ser uma representação legítima, ao nosso lado. Os líderes comunitários são os braços políticos das comunidades” (Entrevistado D).

A partir das cooperativas, que empregavam moradores locais para executar ações nos projetos, estabelece-se uma relação clientelista quanto às possibilidades de emprego nos projetos, além destas representarem estratégias de precarização das relações de trabalho por não haver respeito aos direitos trabalhistas. Assim, direitos como férias remuneradas, 13º salário, licença maternidade, entre outros, não faziam/fazem parte do cotidiano de grande parte dos trabalhadores das Vilas Olímpicas em geral e especificamente da VOM.

Para além da opção de não realização de concursos públicos para o preenchimento dessa demanda, nesse mecanismo de implementação das políticas públicas, o bloco no poder, de certa forma, pode condicionar a continuidade do emprego dos profissionais ao seu prosseguimento junto à administração pública. Há nesse processo uma dimensão pedagógica que, num contexto de desemprego estrutural, conforma e limita as possibilidades de contestação ou mesmo de apresentação de discordâncias com o projeto, já que isso implicaria riscos à continuidade no emprego.

Esse modelo é um dos mecanismos de inserção precarizada no mundo do trabalho. Além dessa dimensão subjetiva, também havia um mecanismo que combinava consenso e coerção na legitimação desse modelo. Para além da configuração desfavorável do campo de trabalho, constantemente era lembrado em reuniões acerca da condição de cooperativados dos profissionais, e que nessa condição presta-se serviço a UEVOM, não tendo nenhum vínculo com a SMEL/PMRJ!

Isso também é expresso em duas cláusulas no contrato de Convênio 027-2001, entre a UEVOM e a SMEL/PMRJ, com emblemáticos títulos “Do Vínculo Empregatício” e “Da Exclusão de Responsabilidades”. É significativo que esteja expresso nos dois que:

- Cláusula Décima – Do Vínculo Empregatício

Em hipótese alguma haverá vínculo empregatício entre os profissionais envolvidos na execução dos trabalhos decorrentes deste convênio, permanecendo os mesmos vinculados às pessoas jurídicas às quais estejam subordinados;

- Cláusula Décima Primeira – Da Exclusão de Responsabilidades

O Município não será responsável por quaisquer compromissos assumidos pela UEVOM com terceiros [...].

§2º município não é responsável por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente convênio (PMRJ, 2000b, p. 4).

No caso específico da VOM, configuraram-se diversos tipos de inserção profissional. Algumas funções foram terceirizadas com a contratação de firmas específicas, como por exemplo os serviços de segurança e limpeza de piscinas. Nos contratos eram exigidos que os trabalhadores fossem moradores da Maré. A UEVOM também contratava alguns profissionais das áreas administrativas para seu funcionamento.

O restante do corpo de funcionários, incluindo aí o corpo médico e de professores de Educação Física e “artes”, era cooperativado pela Cooperativa COOPJOVEM MARÉ. Com isso, estes profissionais – a grande maioria da VOM – não tinham suas relações trabalhistas regidas pela CLT (Consolidação das Leis de Trabalho). Assim, sob a aparente mudança na natureza da inserção no mundo do trabalho, já que teoricamente numa cooperativa não haveria relação de subordinação entre empregador e empregado, e sim uma relação entre iguais, configura-se um mecanismo explícito de precarização das relações de trabalho, sem os direitos trabalhistas garantidos pela CLT.

Podemos apreender ser este mecanismo uma exigência dos “parceiros” da VOM, como podemos notar nesta fala de um dos diretores da UEVOM. Assim,

na continuação, a PMRJ e a Petrobras acharam melhor não contratar ninguém CELETISTA. Foi onde que parou. Teria que entrar ou por empresa contratada ou por cooperativa. Como a PMRJ só trabalha com COOPERATIVA, todos da PMRJ são cooperativados. Até o pessoal da UEVOM que trabalha na secretaria são cooperativados (*sic*) (Entrevistado A).

Com isso, os custos de implementação do projeto seriam menores, mesmo que elaborados a partir de uma manobra jurídica, que embora prevista em lei, se torna um mecanismo branco dessa precarização.

Outra face da atuação da VOM como educador político coletivo do consenso ao projeto neoliberal da terceira via se refere à difusão/promoção do chamado trabalho voluntário. Assim, como vem descrito num jornal da PMRJ/ SMEL (2003, p. 4), "o trabalho voluntário também é uma das marcas da VOM. Mães de alunos criaram grupos que contribuem com a limpeza e a conservação da área".

Isso se expressa de três formas na VOM. Cronologicamente tivemos o episódio da participação "voluntária" de uma professora de balé durante o segundo semestre de 2001 no projeto, participação essa saudada como um exemplo de solidariedade e de mobilização social que o projeto estaria conseguindo, de modo a impactar, inclusive, a participação de outros setores da sociedade. Analisando os informativos, notamos como essa ênfase na atitude altruísta da referida experiência é constantemente referenciada, tendo diversas menções à existência de "[...] um doador voluntário, sr. [...], que se comprometeu a contribuir para o projeto com um salário mínimo mensal para o apoio ao projeto Balé Clássico, bem como fará assistência de trabalho voluntário, auxiliando a professora na organização da freqüência das aulas" (UEVOM, 2001e, p. 13). Ainda no âmbito da experiência do balé, tivemos a ênfase no fato de a professora voluntária ter doado materiais e uniformes para a realização das atividades.

É importante debater de que forma se apresenta uma face educativa da solidariedade individual como enfrentamento de questões coletivas. Isso se manifesta nas exposições públicas nos informativos acerca do projeto de balé e na atuação voluntária da professora e do doador que, por sua ação desinteressada e altruísta, manteriam o projeto funcionando. Isso fica claro no apontamento que encontramos no Informativo da UEVOM (2001d, p. 16, grifo nosso): "*os pais e responsáveis das alunas citaram que serão eternamente gratos, não só à Vila Olímpica, mas principalmente à professora [...] que, com seu trabalho totalmente voluntário tem realizado o sonho de cada um: a oportunidade de ver sua filha freqüentando aulas de balé clássico.*"

A promoção do voluntariado não se encerra na experiência em questão. Em outros dois programas temos elementos para debatermos. Estamos falando dos programas *Guardiões da Natureza e da Limpeza e Mães Amigas*.

O primeiro se caracterizava pela atuação de algumas pessoas desempregadas na manutenção e limpeza na área externa da VOM, ou seja, em toda a extensão da frente da Vila Olímpica. O segundo era referente à atuação de algumas mães de alunos na realização de algumas tarefas como limpeza, distribuição de lanches, lavagem de louças e roupas, reparos de uniformes ou mesmo acompanhamento de turmas em eventos externos. Os participantes de ambos os programas recebiam cestas básicas mensais como forma de "agradecimento" por sua participação.

Os programas assumiam um sentido que se configurava numa relação de espécie de "agradecimento" pela existência da VOM e pelas oportunidades que estariam tendo. A utilização política disso é explicitada não apenas na fala das mães participantes, mas na dimensão que a PMRJ/SMEL (2003) dá a isso, como podemos notar no depoimento de algumas a uma reportagem apresentada em seu jornal de divulgação:

Eu fico aqui o dia inteiro. Faço o que for preciso: reparo uniformes, limpeza, lavo louças. Meus filhos saem da escola e vêm direto para cá. Aqui eles lancham e praticam esporte. Assim, consigo evitar que fiquem nas ruas [...]. Devo muito à Vila Olímpica (Mãe A).

Nós cuidamos das plantas e somos responsáveis pela limpeza das calçadas e dos jardins em frente à Vila Olímpica. *Contribuo com minha comunidade fazendo a minha parte* (Mãe B).

Eu fico orgulhosa de poder ensinar reciclagem para outras pessoas. A Vila Olímpica foi a nossa salvação. As crianças ficaram disciplinadas e têm melhorado muito o rendimento escolar (Mãe C, grifo meu).

Esses dois programas foram constantes na VOM até seu fechamento em dezembro de 2003, assumindo uma grande importância, seja pelas cestas básicas que distribuíam, seja pela adesão que garantia ao projeto. Assim, um importante mecanismo educativo de adesão espontânea, na busca de conformação ético-política dos participantes, se faz presente, objetivando a disseminação tanto da noção de auto-responsabilização dos moradores pela limpeza e conservação de seu local de moradia, bem como pela idéia de transformar essa solidariedade em ação coletiva repolitizada pelo consenso. Como aponta Lúcia Neves (2005), há a intensa difusão de uma nova cultura cívica, na qual ao cidadão é creditado o papel de provedor de seu próprio bem-estar, em detrimento da condição de sujeito de direito. Estes cidadãos, individual ou coletivamente, assumem o papel do Estado na promoção do bem-estar, através de iniciativas de responsabilidade social.

Nesse ínterim, a VOM passa por graves dificuldades financeiras, com implicações sérias nas condições básicas de trabalho. Nesse processo, os funcionários administrativos – quase em sua totalidade moradores da Maré – ficam aproximadamente três meses sem salários. Isso implicou significativas discussões e até movimentos de paralisações das atividades. Para muitos desses, esse atraso significou drásticos transtornos, sobretudo para os funcionários com salários mais baixos.

O mais significativo para a nossa pesquisa foi o encaminhamento dado pela direção à questão. Frente à “ameaça” de paralisação, os profissionais foram constantemente lembrados que o contrato realizado com os parceiros, no caso a Petrobras e a PMRJ, previa rescisão imediata caso houvesse interrupção das atividades. Com isso, a própria continuidade do projeto estaria ameaçada pela atitude dos reivindicantes.

Claro que a situação só foi devidamente normalizada com o restabelecimento do pagamento dos funcionários. Ficou explícita nesse “episódio” uma dimensão educativa, de conformação ética e política, que além de desestimular e rechaçar qualquer possibilidade de reivindicação dos trabalhadores transferia para esses os riscos e as responsabilidades por eventuais insucessos no projeto.

Eis que caminhamos para o fim do ano de 2003. Repentinamente, na primeira semana de dezembro, surge a notícia da renúncia do presidente da UEVOM, numa reunião em que são convocados todos os “parceiros” e representantes das Associações de Moradores. Por conta disso, caberia ao vice-presidente assumir a direção da VOM. Quem era o vice-presidente? Rubem César Fernandes do Viva Rio. Juridicamente, caberia a ele ser o presidente. Mas logo este também renuncia, o que levaria à necessidade da convocação da Assembléia extraordinária, pelos sócios-fundadores, para escolha/eleição de um novo presidente. Mas quem eram os sócios-fundadores? Mais uma vez estamos falando de empresários vinculados ao Viva Rio.

Com isso, oficialmente a PMRJ antecipa o recesso de fim de ano em uma semana, com a perspectiva de sua volta em janeiro de 2004. O que, definitivamente, não acontece, ficando as atividades suspensas até julho de 2004. A alegação oficial era que a UEVOM deveria eleger seu novo presidente para que as atividades fossem retomadas. Em julho de 2004, a VOM volta a funcionar, tendo à frente seu antigo presidente, bem como a mesma ONG UEVOM. E a VOM volta a funcionar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos pontos discutidos nas páginas anteriores, podemos afirmar que a constituição da VOM representa a concretização do novo modelo de políticas sociais nos moldes do projeto neoliberal de sociabilidade. A atuação da UEVOM, junto com seus proponentes, Viva Rio, CENTEX/COPPE, bem como sua interface com o executivo municipal se manifesta como a materialização dessa concepção. O papel político desempenhado por este organismo na sociedade civil, com um novo modelo de associativismo prestador de serviços, o leva a uma atuação unicamente de colaboração com a PMRJ, sendo contratada para implementar o projeto. Embora com faces de participação da "sociedade civil" na gestão/implementação de ações, nota-se que há nesse processo uma nova modalidade dessa mesma participação.

Isso pode ser evidenciado pelo fato de a constituição da UEVOM representar a materialização do paradigma do chamado terceiro setor na implementação de políticas públicas. A criação da ONG com representantes diretos do executivo municipal, de empresas, de alguns representantes de associações de moradores, e ainda de outras ONGs apresenta-se como um significativo exemplo do chamado pacto social. Um mecanismo de diluição de antagonismos de classes, uma apresentação da união de forças entre diferentes que se unem para promover o "bem comum", no caso, a implementação da VOM. Mesmo que haja um reconhecimento de diferenças, conflitos, tudo isso é possivelmente superável pelo diálogo entre todos os envolvidos.

Recuperando a distinção de Coutinho (2000) acerca de modelos de ocidentalização, podemos afirmar que a constituição desse processo é a expressão do que o autor chama de modelo de ocidentalização americana. Isso porque inegavelmente estamos diante da mobilização de um organismo na sociedade civil, que se organiza e luta pela implementação de sua demanda – no caso um projeto de esportes e lazer. Tenta-se defender ser a sociedade civil uma esfera autônoma do ser social, e não uma arena de conflitos e disputas por concepções de mundo e projetos de sociedade, como anunciou Gramsci. A luta para obter essa conquista não passa por um questionamento nem por um engajamento pela ampliação de outros direitos. Trata-se de uma disputa/competição com outros postulantes por demandas também lícitas, mas que no contexto de restrição de possibilidades de atendimentos precisam apresentar-se mais receptivas para lograrem seus objetivos. Isso

passa por um alinhamento amplo, geral e irrestrito ao bloco no poder. Dilui-se completamente qualquer referência a possíveis embates entre projetos de sociedade ou mesmo entre classes com interesses antagônicos.

A criação da ONG UEVOM, mesmo que relacionada a efetivação de um programa de esporte, em momento algum esteve inserida na luta coletiva pelo direito social ao esporte e à organização comunitária. Esse organismo surge com a notória função de ser o ente jurídico demandado por todos para a regularização do funcionamento da VOM nos moldes do projeto, contemplando assim todos os interesses e concepções de mundo dos envolvidos. Isso fica explicitado quando acompanhamos todo o processo de sua constituição e de aprovação da lei que autoriza o município a estabelecer convênio com a ONG então criada. A mobilização de organismos na sociedade civil em torno de demandas específicas, aparentemente desvinculadas da organização da sociedade, onde a luta conjunta por transformações sociais é abandonada em nome de um pragmatismo prestador de serviços, se manifesta no exemplo da VOM. Como afirma Gramsci (2001), o nível de relações de força não ultrapassa o econômico-corporativo, onde cada organismo não vislumbra a relação que há entre sua demanda e uma demanda mais ampla de grupo ou classe social.

Grandes desafios se apresentam na construção de um outro projeto de sociedade. Dessa vez, enfrentamos o grande consenso em torno da apresentação do capitalismo como único projeto de sociedade capaz de organizar as relações sociais de produção da existência. Esses desafios demandam sua consideração não apenas como um modo de produção de mercadorias, mas sim como um projeto de sociabilidade, que busca fazer-se presente nos mais variados planos da existência social, através de seus valores e princípios éticos, políticos, estéticos e morais. Isso nos abre novas perspectivas para conhecermos suas diversas estratégias de legitimação e para traçarmos novas estratégias de resistência e de apresentação de nossas propostas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANTES, Paulo Eduardo. Esquerda e direita no espelho das ONGs. *Cadernos ABONG*, n. 27, p. 3-27, 2000.

BRASIL. Organizações sociais. *Caderno MARE da Reforma do Estado 2*. Brasília: MARE, 1999.

BRASIL. Presidência da República. Câmara de Reforma do Estado. *Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado*. Brasília, 1995.

CENTEX/COPPE. *Projetos Centro de Excelência e a construção da riqueza nacional: histórico, fundamentos, metodologia e parcerias estratégicas*. Disponível em: <www.centrosdeexcelencia.com.br>. Acesso em: 21 maio 2004.

COUTINHO, Carlos Nelson. El concepto de sociedad civil en Gramsci y la lucha ideológica en el Brasil de hoy. In: KANOUSI, Dora (Ed.). *Gramsci en América*. II Conferencia Internacional de Estudios Gramscianos. Pueblo, México: BUAP/ Plazo y Valdés, 2000. p. 17-46.

DURIGHETTO, Maria Lúcia. *Democracia: polêmicas, confrontos e direcionamentos*. Tese (Doutorado em Serviço social) – ESS/UFRJ, Rio de Janeiro, 2003.

GARRISON, John W. *Do Confronto à colaboração: relações entre sociedade civil, o governo e o Banco Mundial*. Brasília: Banco Mundial, 2000.

GIDDENS, Anthony; PIERSON, Christopher. *Conversas com Anthony Giddens: o sentido da modernidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 3.

HADDAD, Sérgio; OLIVEIRA, Anna Cinthia. As organizações da sociedade civil e as ONGs de educação. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 112, p. 61-83, mar. 1999.

MARTINS, André Silva. A relação Estado e sociedade civil no governo Lula. *Universidade e sociedade*, Distrito Federal, ano XIII, n. 32, p. 32-42, mar. 2004.

MELO, Marcelo Paula de. *Esporte e juventude pobre: a Vila Olímpica da Maré e as políticas públicas de lazer*. Campinas: Autores Associados, 2005.

MENDES, Vannildo. Governo apura desvio de verbas para ONGs de fachada. *Estado de São Paulo*, São Paulo, 20 jun. 2004. Caderno País, p. a4.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias da burguesia brasileira para educar o consenso na atualidade*. São Paulo: Xamã, 2005.

OLIVEIRA, Francisco de. Entre a complexidade e o reducionismo: para onde vão as ONGs da democratização. In: HADDAD, Sérgio (Org.). *ONGs e a universidade*. São Paulo: ABONG, 2002. p. 51-63.

PETRAS, James. A ajuda ambígua das ONGs na Bolívia. In: _____. *Neoliberalismo: América Latina, EUA e Europa*. Blumenau: FURB, 1999. p. 69-91.

PETROBRAS. *Petrobras e a responsabilidade social*. Disponível em: <www.petrobras.com.br/responsabilidade>. Acesso em: 05 ago. 2004.

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO. SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER. Esportes e lazer: a Prefeitura do Rio. *Boletim Informativo da SMEL*. Rio de Janeiro: SMEL/PMRJ, ano 1, n. 4, abr. 2003.

_____. *Convênio n.º 027/2001 que entre si celebram o Município do Rio de Janeiro através da SMEL e a União Esportiva Vila Olímpica da Maré*. Rio de Janeiro: PMRJ/SMEL, 2001.

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. *A Escola e a Família: a Prefeitura do Rio*. Rio de Janeiro: SME/PMRJ, ano 1, n. 2, set. 2003.

_____. GABINETE DO PREFEITO. *Mensagem número 199/99*. Rio de Janeiro: Gabinete/PMRJ. Disponível em: <www.camara.rj.gov.br/>. Acesso em: 20 abr. 2004.

_____. CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO. Projeto de Lei n.º 1040/99, de 03 de outubro de 1999. Autoriza o Poder Executivo municipal a associar o município em associação civil a ser instituída com o objetivo precípuo de administrar o Parque Olímpico da Maré e dá outras providências. *Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, p. 2, 06 out. 1999.

PRÉ-OLIMPÍADA DA MARÉ TERMINA COM RAP E FESTA. *Jornal O Globo*, Rio de Janeiro, 18 nov. 1996. Caderno RIO, p. 13.

SALES DE MELO, Adriana Almeida. *A mundialização da educação: o projeto neoliberal de sociedade e de educação no Brasil e na Venezuela*. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas, 2003.

UNIÃO ESPORTIVA VILA OLÍMPICA DA MARÉ. *Ata de reuniões do conselho de administração. 1º a 9º*. Rio de Janeiro: UEVOM, 1999a.

_____. *Proposta para uma administração emergencial do Complexo Olímpico da Maré*. Rio de Janeiro: UEVOM, 1999b.

_____. *Estatuto social da sociedade civil sem fins lucrativos denominada União Esportiva Vila Olímpica da Maré*. Rio de Janeiro, 1999c.

_____. *Ata de reuniões do conselho de administração. 10º a 11º*. Rio de Janeiro: UEVOM, 2000a.

_____. *Contrato de patrocínio que entre si celebram Petrobras S.A. e a União esportiva Vila Olímpica da Maré*. Rio de Janeiro, 2000b.

_____. *Plano de trabalho da Vila Olímpica da Maré*. Período: março a junho de 2000. Rio de Janeiro: UEVOM, 2000c.

_____. *Carta ao Sr. César Maia: prefeito eleito do município do Rio de Janeiro (08/11/2000)*. Rio de Janeiro: UEVOM, 2000d.

_____. *Carta ao Sr. César Maia: prefeito eleito do município do Rio de Janeiro (14/12/2000)*. Rio de Janeiro: UEVOM, 2000e.

_____. *Carta ao Sr. César Maia: prefeito do município do Rio de Janeiro (02/01/2001)*. Rio de Janeiro: UEVOM, 2001a.

_____. *Informativo UEVOM*. Rio de Janeiro, ano 2, n. 16, jan. 2001b.

_____. *Informativo UEVOM*. Rio de Janeiro, ano 2, n. 20, maio 2001c.

_____. *Informativo UEVOM*. Rio de Janeiro, ano 2, n. 21, jun. 2001d.

_____. *Informativo UEVOM*. Rio de Janeiro, ano 2, n. 22, jul. 2001e.

_____. *Informativo UEVOM*. Rio de Janeiro, ano 2, n. 25/26, out./nov. 2001f.

Recebido: 29/07/05

Aprovado: 03/11/05